

# AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE 3

Elói Martins Senhoras  
(Organizador)



# CAPÍTULO 14

## A CONTRIBUIÇÃO DA EMBRAPA AMAZÔNIA OCIDENTAL PARA POLÍTICAS PÚBLICAS

*Data de aceite:* 01/10/2020

*Data de submissão:* 28/08/2020

**Joanne Régis Costa**

Embrapa Amazônia Ocidental  
Manaus-AM

CV: <http://lattes.cnpq.br/3474223741879939>

**RESUMO:** As Políticas Públicas são importantes instrumentos de implementação de justiça social e garantias fundamentais de direito social. O objetivo deste trabalho é apresentar ações da Embrapa, especialmente da Unidade Embrapa Amazônia Ocidental (Manaus-AM), em apoio à formulação e à implementação de Políticas Públicas. Os dados utilizados nesta pesquisa são primários e secundários, coletados a partir de pesquisa documental e bibliográfica. As atividades da Embrapa são desenvolvidas por meio de pesquisas, notas técnicas, produtos, processos, serviços, metodologias, sistemas e práticas agropecuárias, participações em audiências públicas e em fóruns de discussão, integrando diversos atores e suas competências e conhecimentos, contribuindo, assim, com a formulação e implementação de políticas públicas. A Unidade Embrapa Amazônia Ocidental direciona esforços para amplificar a entrega de valor para a sociedade amazônica visando contribuir para a qualidade de vida em uma região com fortes restrições ambientais. Visualiza-se a importância do investimento em Ciência e Tecnologia para que o Brasil tenha um

setor agropecuário sustentável.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sustentabilidade, Direitos sociais, Ciência e Tecnologia, Amazônia.

### EMBRAPA WESTERN AMAZON'S CONTRIBUTION TO PUBLIC POLICIES

**ABSTRACT:** Public Policies are important instruments for implementing social justice and fundamental guarantees of social law. The objective of this paper is to present actions by Embrapa, especially by the Embrapa Amazônia Western Unit (Manaus-AM), in support of the formulation and implementation of Public Policies. The data used in this research are primary and secondary, collected from documentary and bibliographic research. Embrapa's activities are developed through research, technical notes, products, processes, services, methodologies, agricultural systems and practices, participation in public hearings and in discussion forums, integrating diverse actors and their skills and knowledge, thus contributing to with the formulation and implementation of public policies. The Embrapa Western Amazon Unit directs efforts to amplify the delivery of value to Amazonian society in order to contribute to the quality of life in a region with strong environmental restrictions. The importance of investing in Science and Technology is visualized so that the Brazil has a sustainable agricultural sector.

**KEYWORDS:** Sustainability, Social Rights, Science and Technology, Amazon.

## 1 | INTRODUÇÃO

O estudo 'Síntese de Indicadores Sociais: Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira' do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015), apontou que cerca de 50 milhões de brasileiros, o que corresponde a 25,4% da população, vivem na linha de pobreza e têm renda equivalente a R\$ 387,07 ou US\$ 5,5 por dia. O estudo indica, ainda, que o maior índice de pobreza é da região Nordeste (43,5%) e o menor é da região Sul (12,3%). Os estados do Maranhão (52,4%), Amazonas (49,2%) e Alagoas (47,4%) possuem os maiores percentuais da população pobre brasileira.

A pobreza fragiliza indivíduos, famílias e comunidades e aumenta os impactos ambientais negativos. Para superá-la são necessárias Políticas Públicas multissetoriais como a universalização do acesso aos serviços de saúde, o acesso à educação integral, o estímulo à criação de organizações de economia solidária, grupos comunitários de produção agrícola, fundos solidários e o desenvolvimento de tecnologias sociais (Wandelli *et al.*, 2018).

As Políticas Públicas consistem em iniciativas dos governos (federal, estaduais ou municipais) para suprir uma demanda, uma necessidade da sociedade que supostamente se identifica e se elege previamente à ação estatal (Meneguim e Freitas, 2013). Logo, as Políticas Públicas são importantes instrumentos de implementação de justiça social, unidade de garantia da efetividade da norma constitucional ou infraconstitucional, de direitos e garantias fundamentais de direito social. A justiça social exige muito mais que a afirmação formal em documentos jurídicos ou políticos, uma política pública que a desenvolva (Gorczewski e Mayer, 2015).

Diante desse cenário, a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) nasceu da necessidade de viabilização de soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura, em benefício da sociedade brasileira.

A criação da Embrapa, em 1973 e vinculada ao MAPA, foi um instrumento de Política Pública para a modernização da agricultura que contribuiu para o desenvolvimento de pesquisas e inovações que tornaram a agricultura brasileira em grande produtora e exportadora de alimentos, fibras e energia. Na lei que criou a Embrapa (5.851, de 7 de dezembro de 1972), o artigo 2 define como finalidades da empresa: I – promover, estimular, coordenar e executar atividades de pesquisa, com o objetivo de produzir conhecimentos e tecnologia para o desenvolvimento agrícola do País; e II – dar apoio técnico e administrativo a órgãos do Poder Executivo, com atribuições de formulação, orientação e coordenação das políticas de ciência e tecnologia no setor agrícola (Bolfe *et al.*, 2016).

Neste trabalho, são apresentadas ações da Embrapa, com ênfase na Unidade Descentralizada Embrapa Amazônia Ocidental (Manaus-AM), em apoio à formulação e à implementação de Políticas Públicas, demonstrando que Ciência e Tecnologia tem um papel fundamental para mudanças, para o desenvolvimento de Políticas Públicas, especialmente aquelas relacionadas à agricultura.

## 2 | METODOLOGIA

Os dados utilizados nesta pesquisa são primários e secundários, coletados a partir de pesquisa documental e bibliográfica, em sites da Embrapa, dos governos federal e estadual, artigos científicos, documentos técnicos, relatórios, entre outros.

A pesquisa documental pode ser considerada um meio, um caminho, uma metodologia que ajudará entender a realidade material. Os documentos podem “[...] ser o ponto de partida da pesquisa[...]” para conhecer a realidade. Nesse sentido, “a análise documental oferece[para a pesquisa em política educacional] dados necessários para a pesquisa, a partir de documentos—registros estatísticos, diários, atas, biografias jornais, revistas, entre outros”, fazendo-se assim, o “[...] resgate histórico e a contextualização das políticas públicas do presente com as transformações que ocorrem ao longo da história” (Rodriguez, 2004).

A pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições de diversos autores sobre determinado assunto”, já a pesquisa documental Gil afirma que “[...] vale-se de matérias que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos de pesquisa” (Gil, 2002). Os dados foram interpretados e o conteúdo foi averiguado conforme os objetivos da pesquisa.

## 3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 3.1 A agenda da Embrapa

A Embrapa é composta por 43 unidades centrais e descentralizadas (<https://www.embrapa.br/embrapa-no-brasil>) e uma agenda voltada para a busca de novos conhecimentos, os quais são apresentados na forma de produtos, processos, serviços, metodologias, sistemas e práticas agropecuárias. Busca gerar soluções tecnológicas para o setor agropecuário, informações e conhecimentos técnico-científicos que contribuam com a formulação e implementação de Políticas Públicas. Nesse âmbito, a Empresa atua em dois eixos: (i) viabilizar tecnologias para contribuir com a implementação de Políticas Públicas e (ii) subsidiar com dados técnico-científicos a formulação de Políticas Públicas. O objetivo é fornecer conhecimentos científicos para a tomada de decisão dos governos em benefício da sociedade. As atividades são desenvolvidas por meio de pesquisas, notas técnicas, audiências públicas e participações em fóruns de discussão, integrando diversos atores e suas competências e conhecimentos, contribuindo, assim, com a formulação de políticas públicas (Embrapa, 2019).

O documento ‘Diagnóstico de Políticas Públicas formuladas com a participação da Embrapa’ apresentou resultados do Balanço Social de 2014 e de 2015, revelando que a Empresa contribuiu para a formulação de 104 Políticas Públicas (Ávila *et al.*, 2017).

Em colaboração com servidores dos ministérios, a Embrapa vem acompanhando e gerenciando posições institucionais sobre a gestão de recursos naturais e mudanças climáticas em convenções, acordos, protocolos, tratados, comissões e fóruns mundiais. E também tem participado de decisões vinculadas a políticas nacionais e globais, oferecendo, para tanto, suporte técnico e científico. Nesses eventos internacionais, vem oferecendo apoio às delegações brasileiras. A par disso, tem dado suporte a parlamentares e comissões especiais na discussão de novas leis sobre aqueles temas no Congresso Nacional (Arzabe, 2018).

O documento 'Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa 2019' (Embrapa, 2019) destaca algumas ações:

1. Apoio aos projetos estratégicos do MAPA 2019-2022:

Programa Agronordeste - objetivo de apoiar a organização das cadeias agropecuárias de relevância atual ou potencial na região Nordeste e a ampliação e diversificação dos canais de comercialização, atuando com pertinência social, ambiental e econômica e buscando aumentar a eficiência produtiva e o benefício social;

Observatório da Agropecuária Brasileira;

Pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura brasileira e

Gestão Integrada de Riscos Agropecuários.

2. Audiências Públicas – Participação de pesquisadores e analistas da Embrapa em 24 audiências públicas promovidas pelo Congresso Nacional, aumento de 14% em relação a 2018 e foram produzidas 36 notas técnicas para contribuir com assuntos em discussão no Legislativo, aumento de 71% em relação a 2018. Foi implementado, também, no início de 2019, um Plano de Relacionamento da Embrapa com os parlamentares, que contou com a promoção de eventos e a divulgação de publicações voltadas a esse público.

3. Participação em Fóruns e Convenções Internacionais – A Embrapa atuou junto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD), Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD), Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). Esse trabalho consiste no apoio técnico-científico sobre temas específicos com os quais a Embrapa contribui para a negociação de normativas, regulamentações e compromissos internacionais do Brasil relacionados ao setor agrícola que também possui rebatimento doméstico – na forma de políticas públicas.

Subsídios à formulação de Políticas Públicas constituem uma significativa parte da produção da pesquisa pública, baseada em informações e conhecimentos que não se materializam, necessariamente, em insumos e produtos, visíveis e facilmente mensuráveis. São inúmeros os exemplos da relevância da produção de conhecimentos para formulação e aprimoramento de políticas e estímulos: a formulação do Código Florestal, que incorporou grande acervo de conhecimentos de pesquisa realizada pela Embrapa e pelas universidades

brasileiras; estudos sobre pobreza rural, que servem para orientar a extensão rural e as Políticas Públicas; o zoneamento de risco climático, que visa racionalizar a exploração agrícola no território nacional; estudos sobre novos espaçamentos e manejos, novos conhecimentos sobre solos e clima e escolha otimizada de insumos e orientação para uso. Todos esses são conhecimentos fundamentais para a evolução e o aprimoramento contínuo dos sistemas produtivos. São, em síntese, conhecimentos indispensáveis para quem faz agricultura (Embrapa, 2016).

Atividades especialmente relacionadas à agricultura familiar disponibilizam tecnologias de sistemas agroalimentares, valoração de produtos vegetais oriundos da agrobiodiversidade, tecnologias para diminuição dos custos de produção de alimentos, bem como pesquisas e apoio a economias sociais e solidárias (Wandelli *et al.*, 2018).

Em 2019, o Lucro Social da Embrapa foi de R\$ 46,49 bilhões. Tal valor corresponde à avaliação de impactos econômicos de uma amostra de 160 soluções tecnológicas e cerca de 220 cultivares incluídas no Balanço Social, além dos demais ganhos sociais. Relacionando o Lucro Social com a Receita Operacional Líquida da Empresa é possível afirmar que, em 2019, cada real investido na Embrapa resultou em R\$ 12,29 para a sociedade brasileira. A adoção desta amostra de tecnologias pelo setor produtivo foi também responsável pela geração de mais de 46 mil empregos ao longo das cadeias produtivas nas quais estão inseridas tais tecnologias. Os resultados estão disponibilizados no Balanço Social de 2019 (<https://www.embrapa.br/balanco-social>), o que evidencia que os investimentos feitos em pesquisa agropecuária têm alcançados resultados positivos (Embrapa, 2019).

### **3.2 Embrapa Amazônia Ocidental**

Em uma região estratégica para o País, a Unidade Descentralizada Embrapa Amazônia Ocidental (Manaus-AM) tem desenvolvido tecnologias e práticas sustentáveis em aquicultura, culturas alimentares e agroindustriais, plantas medicinais e condimentares, olericultura, silvicultura e manejo florestal, sistemas agroflorestais, sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta e fruticultura, visando a inovação, cadeias produtivas eficientes e conhecimentos para o embasamento de Políticas Públicas.

Mais especificamente, os projetos desenvolvidos pela referida Unidade nos últimos anos abordam temas como: Melhoramento genético de culturas nativas, como o guaranazeiro e o cupuaçuzeiro, Análises de crescimento e marcha de absorção de nutrientes de espécies medicinais amazônicas, Fixação biológica de nitrogênio em feijão-caupi e milho cultivados em sistema de plantio direto, Biofertilização em cultivo solteiro e consorciado de hortaliças sob manejo orgânico em condições de terra firme no estado do Amazonas, Produção de grãos em sistema de plantio direto no Amazonas, Estudos sobre solos, Desenvolvimento de protocolos para o controle de doenças parasitárias e bacterianas em tambaqui (*Colossoma macropomum*) com emprego de produtos naturais, Estratégias de manejo de plantas daninhas, Rede de pesquisa de compostos químicos

vegetais para o controle de malária a partir da etnofarmacologia nos estados do Amazonas e Acre, Cultura da bananeira, Novas tecnologias para a dinamização da produção da borracha no Amazonas, Arranjos de sistemas agroflorestais (SAFs) e de Integração Lavoura Pecuária-Floresta (ILPF) em propriedades de agricultores, Avaliação do estoque de carbono e da biodiversidade em floresta manejada comercialmente no Amazonas, Pesquisa e transferência de tecnologias para o desenvolvimento da produção de hortaliças, banana e melancia como alternativa para agricultores familiares do estado do Amazonas na diversificação e agregação de valor na cadeia produtiva, Desenvolvimento da citricultura e implantação do modelo de produção integrada no estado do Amazonas, Estratégia de multiplicação rápida de variedades superiores de mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) para o aumento da produção de farinha e fécula no Estado do Amazonas, Manejo da paisagem agrícola em comunidades da zona rural de Manaus, AM, Piscicultura comunitária em sistema misto de produção voltado para realidade dos habitantes de várzea, Gestão ambiental de pequenas propriedades agrícolas, entre outros temas.

O Pró-rural é um Programa de Estado para disseminação e incorporação de novas tecnologias de produção rural sustentável no estado do Amazonas. Apoiado com bolsas e recursos financeiros diretos ações de Transferência de Tecnologia para o setor rural. A Embrapa Amazônia Ocidental coordenou quatro linhas temáticas no Programa Pró-Rural: Culturas Alimentares, Seringueira, Fruticultura e Pecuária Sustentável. Com as atividades dessas quatro linhas a Embrapa teve ações em 45 dos 62 municípios do Amazonas. As ações incluíram condução de Unidades Demonstrativas, dias-de-campo, cursos, entre outras, voltadas para capacitação de agentes de ATER e agricultores para o emprego das novas tecnologias.

Em 2005, foi criado o Conselho Estadual de Pesca e Aquicultura (CONEPA), um órgão colegiado de caráter consultivo, integrante da estrutura básica de Secretaria de Estado da Produção Rural do Governo do Estado do Amazonas. Tem por finalidade propor a formulação de políticas com vistas a promover a articulação e o debate dos diferentes níveis de governo e a sociedade civil organizada, para o desenvolvimento e o fomento das atividades da pesca e da aquicultura no Estado do Amazonas. A Embrapa Amazônia Ocidental faz parte do CONEPA desde sua criação, contribuindo para a formulação das políticas públicas voltadas para o setor de pesca e aquicultura do Amazonas.

O Plano de Agricultura de Baixo Carbono (ABC) é uma Política Pública estruturada em seis processos tecnológicos: Recuperação de Pastagens Degradadas; Integração Lavoura-Pecuária Floresta; Sistema Plantio Direto; Fixação Biológica de Nitrogênio; Florestas Plantadas e Tratamento de Dejetos de Animais. A Embrapa Amazônia Ocidental participou diretamente na elaboração desta política, em princípio, compondo o Grupo de Trabalho inicial para elaboração da proposta estadual, ofereceu pareceres sobre impactos ambientais causados pelo desmatamento e continua oferecendo suporte ao grupo por meio da participação em reuniões e pareceres técnicos.

O Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS) criado em 2003, está vinculado à Secretaria de Estado de Produção Agropecuária, Pesca e Desenvolvimento Rural Integrado (SEPROR). É um órgão colegiado estadual criado para propor diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável no Amazonas. Possui Conselheiros Natos (direito a voz e voto) representando 40 entidades (20 órgãos governamentais, sendo 8 Federais e 12 Estaduais e 20 organizações e entidades da sociedade civil), conta ainda com 37 conselheiros convidados (direto a voz) representantes do poder público e da sociedade civil. A Embrapa Amazônia Ocidental participa do CEDRS como Conselheiro Convidado, contribuindo nas discussões e elaboração de documentos de apoio para formulação e implementação de políticas públicas para o Desenvolvimento Rural Sustentável do estado do Amazonas.

A Unidade participa também do Conselho Estadual de Meio Ambiente do Amazonas e da Comissão de Orgânicos do Estado do Amazonas.

A Comissão Estadual de Zoneamento Socioeconômico-Ecológico (CEZEE) é um marco para o estabelecimento de diretrizes para o Ordenamento Territorial do Estado do Amazonas, com vistas à preservação, levando em conta a produção no Estado. A Embrapa Amazônia Ocidental contribui com a CEZEE, dando subsídios técnicos para as discussões e definição de diretrizes do ordenamento territorial do Estado.

A Lei 12.805/2013 regulamenta, como Política Pública, o estímulo à adoção da tecnologia de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta como estratégia de aumento de produtividade e renda das atividades agropecuárias (empresarial ou familiar), redução de emissões de gases de efeito estufa com observância aos princípios de proteção ambiental e zoneamento ecológico-econômico do Brasil. A Embrapa Amazônia Ocidental participa na implementação da referida política com Unidades de Referência Tecnológica (URTs).

A Unidade está realizando a disseminação de tecnologias para a produção de café clonal no Amazonas, com novas cultivares clonais, mais produtivas, em substituição às lavouras implantadas por meio de sementes. Além disso, técnicas de manejo da lavoura contribuem para o aumento da produção de café do estado e a produtividade pode ser até três vezes maior, sem a necessidade de abertura de novas áreas. Os resultados incentivaram gestores públicos a criarem uma política pública estadual, estabelecendo o café como cultura prioritária para cinco municípios do estado do Amazonas, nos seguintes locais: sub-região do Madeira (Apuí); sub-região do Médio Amazonas (Silves e Itacoatiara), Sub-região do Purus (Vila Extrema/Lábrea) e Sub-região do Juruá (Envira).

Outro exemplo de contribuição para implementação de Políticas Públicas são as ações do projeto “Gestão ambiental de pequenas propriedades agrícolas” desenvolvido em um assentamento da reforma agrária (Assentamento Tarumã-Mirim), com uma APA sobreposta (APA Tarumã-Açu/Tarumã-Mirim), localizado na zona rural de Manaus-AM. Observou-se no local um cenário em que há a necessidade da melhor participação do



Estado, bem como da maior organização das famílias assentadas para alcançarem a realização de seus direitos, com maior acesso às Políticas Públicas. Foi possível verificar o pouco acesso às políticas públicas de infraestrutura, crédito, educação, saúde, conservação e preservação ambiental e produção agropecuária.

As lacunas representadas pela falta de acesso às Políticas Públicas evidenciam uma má gestão do assentamento, em uma visão ampla, assim como uma gestão inadequada em escala de propriedades agrícolas. O assentamento e entorno podem avançar no desenvolvimento a partir de cadeias produtivas de frutíferas nativas, potencial produtivo que está sendo construído atualmente.

A atuação da Embrapa na área visa a implementação de um novo modelo de produção agroflorestal amparado pelo Plano Amazônia Sustentável (PAS) que oferece estratégias de desenvolvimento com sustentabilidade, a fim de que haja uma conservação e preservação efetiva dos recursos naturais. O PAS é voltado para a viabilização de atividades econômicas dinâmicas e inovadoras com a geração de emprego e renda, compatível com o uso sustentável dos recursos naturais e a preservação dos biomas, e visando a elevação do nível de vida da população. Em 2019, foram realizadas ações visando à segurança alimentar, à geração de renda, à recuperação de áreas alteradas e ao fortalecimento de competências. Foi aplicada metodologia desenvolvida pela Embrapa para que a família pudesse ter uma participação ativa, considerando seus interesses, planos e prioridades, as características da propriedade agrícola como um todo e o contexto local. Foram realizadas capacitações sobre alternativas alimentares, no âmbito da comunidade, bem como reuniões para planejamento anual e acompanhamento das atividades. No âmbito da família, foram realizadas rodas de conversa, grupos de trabalho e visitas técnicas, momentos em que se realizou a introdução de mecanismos de gestão, incluindo o diagnóstico da propriedade, o planejamento, o monitoramento e a avaliação do uso dos recursos (humanos, financeiros, materiais, tecnológicos e de informação). Foram feitos plantios diversos, especialmente de açaí (*Euterpe oleracea* BRS Pará), cultivar mais produtiva, precoce e com menor altura, lançada pela Embrapa. Alguns plantios foram realizados em áreas especiais como APPs e Reserva Legal, contribuindo para a aplicação das diretrizes do Código Florestal. Busca-se reconhecer as várias expressões da vulnerabilidade social, o que transcende a esfera economicista do desenvolvimento. Dessa forma, consideram-se o empreendedorismo como instrumento de solução de problemas sociais, a saúde da família, a segurança alimentar, o emprego/ocupação, o fortalecimento de associações e cooperativas, a fim de produzir e comercializar de forma coletiva, controle e prevenção de desmatamentos e queimadas, à baixa emissão de carbono na agricultura e contribui também para a intensificação e sustentabilidade dos sistemas de produção, a inserção no comércio local de produtos agrícolas e a permanência das famílias no lote.

O projeto colabora também para o Programa Nacional de Florestas (PNF) que busca promover o desenvolvimento sustentável, conciliando o uso com a conservação

das florestas brasileiras. Esse Programa é constituído de projetos que são concebidos e executados de forma participativa e integrada pelos governos federal, estaduais, distrital e municipais e a sociedade civil organizada. O objetivo é estimular as atividades de reflorestamento, notadamente em pequenas propriedades rurais; recuperar Áreas de Preservação Permanente, de Reserva legal e outras áreas alteradas; apoiar as iniciativas econômicas e sociais das pessoas que vivem em florestas e estimular a proteção da biodiversidade e dos ecossistemas florestais.

De uma forma geral, os projetos desenvolvidos pela Embrapa Amazônia Ocidental contribuem para o fortalecimento do Fundo Amazônia e para outras Políticas Públicas como: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Plano Safra Amazonas 2019/2020, Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA), Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM), Plano Nacional de Mudança do Clima, Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC), Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM), Estratégias de REDD (ENREDD+), Programa Nacional de Solos do Brasil, Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei das Águas), Política Nacional do Meio Ambiente, Política Nacional da Biodiversidade, Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa, Programa Nacional de Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC), Política Nacional de Pagamento de Serviços Ambientais, Política Nacional de Recursos Genéticos da Agrobiodiversidade, Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF), Programa Nacional de Solos do Brasil (Pronasolos), Plano Nacional de Desenvolvimento de Florestas Plantadas, Política Nacional de Fitoterápicos e Plantas Medicinais, Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural e ao Código Florestal, buscando promover adequação ambiental e fomentar ações que impactam de forma positiva a implementação de políticas agroambientais.

Com o acesso às Políticas Públicas os agricultores têm a oportunidade de realizar diversas melhorias em suas propriedades, promovendo o aumento de sua produção, produtividade e renda, capacitando, otimizando e humanizando a mão de obra, melhorando as técnicas de manejo, estimulando a agregação de valor aos produtos, incitando a preservação do meio ambiente, entre outros. Nesse sentido, as famílias são estimuladas a permanecerem no meio rural, tendo em vista a melhoria em sua renda e qualidade de vida (Pereira *et al.*, 2019).

Ressalta-se, ainda, a colaboração da Embrapa Amazônia Ocidental para a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas. Foi formada uma Comissão para realizar ações de internalização da Agenda na Unidade. Em conjunto com a coordenação da Rede ODS Embrapa, a Unidade contribuiu para a elaboração de subsídios técnico-científicos

relacionados aos indicadores do ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável) e do ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis) para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e para a FAO/ONU.

A Unidade também contribuiu com a edição de livros em colaboração com outras Unidades da Embrapa que abordaram as tecnologias desenvolvidas pela Empresa disponíveis para a sociedade. <https://www.embrapa.br/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods>

## 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Políticas Públicas são a materialização do Estado por meio de diretrizes, programas, projetos e atividades que tem por fim atender as demandas da sociedade. São chamadas públicas para distinguir do privado, do particular, do individual, considerando-se a ótica de que o termo público tem uma dimensão mais ampla e abrange o estatal e o não estatal (Gorczevski e Mayer, 2015).

A Embrapa oferece posicionamento técnico institucional a proposições legislativas e demandas governamentais ou de outras representações, além de avançar cada vez mais com estudos, ações e informações qualificadas para aumentar a competitividade e a sustentabilidade da agropecuária e contribuir para a formulação, o aprimoramento e a implementação de Políticas Públicas (Embrapa, 2019).

Este documento apresentou a atuação da Embrapa com ênfase na Unidade Embrapa Amazônia Ocidental como geradora de soluções tecnológicas e de conhecimentos para embasamento e implementação de Políticas Públicas. Os esforços da Unidade estão direcionados para amplificar a entrega de valor para a sociedade amazônica visando contribuir para a qualidade de vida em uma região com fortes restrições ambientais.

Visualiza-se a importância do investimento em Ciência e Tecnologia para que o País tenha um setor agropecuário sustentável.

## REFERÊNCIAS

ARZABE, C. **Contribuições da Embrapa para os 5 Os: Pessoas, Prosperidade, Planeta, Parceria e Paz.** In: Pesquisa e inovação agropecuária na agenda 2030: contribuições da Embrapa e parceiros. – Brasília, DF: Embrapa, 2018. 57 p.

ÁVILA, A.F.D.; VEDOVOTO, G.; PENTEADO, R.; GAZZOLA, R. e FONSECA JUNIOR, W. **Diagnóstico de Políticas Públicas Formuladas com Participação da Embrapa.** Brasília (DF): Embrapa, 2017. 99p.

BOLFE, E.L.; LOPES, D.B. e CONTINI, E. Territórios e Políticas Públicas rurais. **Clima Com Cultura Científica**, v. 3, n. 6, 2016.

EMBRAPA. **Plano Gerencial da Embrapa.** Brasília (DF): Embrapa, 2016. 32p.

EMBRAPA. **Carta anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa 2019**. Brasília (DF): Embrapa, 2019. 26p.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. - São Paulo: Editora Atlas, 2002.

GORCZEWSKI, C. e MAYER, G. S. **Algumas considerações acerca das Políticas Públicas** como instrumento de inclusão social. In: XII Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas sociedade contemporânea. CEPEJUR. Santa Catarina, 2015. 21p.

IBGE, 2015. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. (IBGE. Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, 35). Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf>>. Acesso em 20 jun. 2020.

MENEQUIN, F B.; FREITAS, I. V. B de. **Por que avaliar Políticas Públicas?** 2013. Disponível em: <<http://www.brasil-economia-governo.org.br/wp-content/uploads/2013/03/por-que-avaliar-politicas-publicas.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2019.

PEREIRA, E. L.; BETT, E.G. e MENDES, W. G. **As Políticas Públicas** na agricultura familiar (PRONAF): considerando a distribuição de recurso do posto de atendimento da Cresol de Lauro Müller (SC). In: LACERDA, G.B (Org.). **As políticas públicas frente a transformação da sociedade**. Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. 445p.

RODRIGUEZ, M. V. A pesquisa documental e o estudo histórico de políticas educacionais. **Caderno de Cultura**, n. 7, 2004.

VERGARA, S. C. **Método de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas. 2005.

WANDELLI, E.V.; ABREU, L.S.; TAVARES, E. D.; BIANCHINI, F; SILVA, A.P.; BELTRÃO, S. L. L. e FERREIRA, M. S. G. **Contribuições da Embrapa para erradicação da pobreza**. In: ODS 1 - Erradicação da pobreza : contribuições da Embrapa / Patrícia da Costa ... [et al.], editores técnicos. – Brasília, DF: Embrapa, 2018. 50 p.